

PONTOS DE CULTURA EM MINAS GERAIS

Franklim Drumond de Almeida¹

INTRODUÇÃO

Apresentamos um breve resumo sobre a presença e o histórico institucional da Rede de Pontos de Cultura de Minas Gerais. Esta pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2020 e 2021 com apoio de representantes da Rede, com base em informações conservadas por seus representantes e apoiadores. Apresenta-se uma contextualização sobre a política de Cultura Viva, a organização dos Pontos de Cultura em Minas Gerais e o acesso a editais e uma análise sobre a articulação da Rede Estadual a partir do histórico de ações.

CULTURA VIVA

A efetivação de direitos desde a Constituição Cidadã de 1988 está em processo. Entre eles, o direito à fruição, circulação e intercâmbio da diversidade cultural do país². Esta diversidade se valorizada e promovida pode fortalecer um traço controverso e talvez o mais identitário do Brasil: a convivência de diferenças. Um dos meios para valorização desta característica é a garantia dos direitos culturais. Estes direitos, contam com número significativo de dispositivos legais e acordos em diversos âmbitos, mas ainda carecem de plena realização. A partir dos horizontes abertos pela gestão de Gilberto Gil (2003-2008) no Ministério da Cultura³ (MinC) será possível compreender o contexto de instituição da Rede Mineira de Pontos de Cultura.

¹ Frade estudante na Ordem dos Pregadores. Estudante de Licenciatura em Filosofia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte – FAJE/BH. Publicitário pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UNILESTE/MG. Membro de Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva.

² Art. 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. 1988.

³ O Ministério da Cultura foi criado em 15 de março de 1985 pelo presidente José Sarney. Foi extinto no governo Fernando Collor de Melo em 12 de abril de 1990. Recriado em 19 de novembro de 1992 pelo governo de Itamar Franco. Entre 12 e 16 de maio de 2016, foi temporariamente extinto pelo governo de Michel Temer, sendo recriado após forte repercussão e manifestação popular. Foi novamente extinto em 18 de junho de 2019, pelo governo Jair Bolsonaro, em sua reforma administrativa pela medida provisória n. 870. Atualmente é uma Secretaria Especial vinculada ao Ministério do Turismo.

Gestão Gilberto Gil

A característica da gestão do Ministério da Cultura entre 2003 e 2008 pode ser definida como *abrangente*, isto significa que não foram dirigidas a uma região, a um segmento e a uma concepção de cultura, mas tiveram como foco o estímulo da diversidade do país, não como mestiçagem, mas como reconhecimento das diferenças e estímulo à *copertença*.

Para alcançar um objetivo tão amplo como o de “*desesconder*” o Brasil, Gil, já no discurso de posse, apontou que a “ação do MinC se daria a partir de um conceito com três dimensões articuladas: cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania, cultura como economia”⁴. Para operar nestas três frentes de ação, foi criado o Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária. Idealizado por Célio Turino⁵, com apoio de Juca Ferreira⁶ e do Ministro Gil. A principal ação do Programa Cultura Viva é o Ponto de Cultura. O foco desta política pública não são as estruturas físicas, mas o fluxo de atividades culturais desenvolvidas em um território, que recebe reconhecimento e recursos do Governo para fortalecer e estruturar suas ações.

O Programa Cultura Viva, depois transformado em Programa Mais Cultura, teve como principal estratégia o lançamento de editais para ampliar o acesso aos recursos públicos. Deste modo, houve uma mudança no modo de gerir a política cultural. Antes de acompanhamento, passou a caracterizar-se como de ativa escolha e definição de prioridades. A política dos Editais não suprimiu a política de Renúncia Fiscal, mas promoveu uma reforma, especialmente na política de patrocínio de empresas públicas como a Petrobrás, que passou a focar a diversidade cultural brasileira.

Este novo modo de efetivar a política cultural exigiu reformas administrativas no Ministério. Foram criadas as secretarias “de Políticas Culturais, a de Fomento e Incentivo à Cultura, a de Programa e Projetos Culturais, a do Audiovisual e a de Identidade e Diversidade Cultural”⁷, em 2006 foi lançado o primeiro concurso público específico para

⁴ GIL, Gilberto. Que acontece quando se liberta um pássaro? In: BRASIL, Ministério da Cultura. *Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária*. 3ª ed. Brasília: MinC, 2005. p. 8.

⁵ Historiador, escritor e servidor público. Foi secretário da Secretaria da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura entre 2004 e 2010, período em que criou o Programa Cultura Viva.

⁶ Sociólogo e político brasileiro. Foi secretário executivo do Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil, sucedendo-o como ministro até 2011. Voltou a chefiar o Ministério entre 2015 e 2016, até o fim do governo Dilma Rousseff.

⁷ SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. *Revista Sociedade e Estado* – v. 29, n. 01, p. 199-224, jan./abr. 2014. p. 203.

o Ministério desde sua recriação em 1992. As entidades vinculadas (IPHAN, FUNARTE, CINEMATECA etc.) receberam incentivos e pessoal qualificado. Além das mudanças internas, os esforços desta gestão procuraram fomentar o diálogo com a sociedade civil e preparar um arcabouço legal para a política cultural.

Em 2005, foi realizada a I Conferência Nacional de Cultura⁸, uma experiência nova nesta área, inclusive porque o Conselho Nacional de Política Cultural, embora previsto no Art. 216-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, só foi instalado pelo Decreto nº 5.520, também de 2005. A I Conferência mobilizou cerca de 53 mil pessoas, de 1.158 cidades e 19 estados⁹. Foi realizada sob o impulso da nova gestão e teve como um dos temas principais a instituição do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura, bem como a garantia de 1% do orçamento da União para esta área, como pretendia a PEC 150 (atualmente tramita no congresso Nacional como PEC 421/2014).

A atuação do Ministério da Cultura permitiu a aprovação da Emenda Constitucional n.º 48, de 10 de agosto de 2005, que acrescentou o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. O Plano foi instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, após longo estudo e amplo debate, inclusive na II Conferência Nacional. Junto do Plano foi criado o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. Este Plano tinha duração de dez anos, portanto, terminaria em 2020, no entanto foi prorrogado até dezembro de 2022, pela Medida Provisória 1.012, de 1º de dezembro de 2020, aprovada pelo Senado em 06 de maio de 2021.

Um dos ganhos mais significativos da gestão Gil foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 71 de 29 de novembro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura, acrescentando-o no Art. 216-A. O SNC foi gestado desde 2006 com a adesão de muitos Estados e Municípios, mas ganhou sua total legitimidade ao ser inserido na Constituição Federal.

Neste aspecto, o Programa Cultura Viva teve papel particular, pois oportunizou o fortalecimento de relações descentralizadas entre o Ministério, Estados e Municípios. Foram criadas as chamadas Redes de Pontos de Cultura, com recursos do MinC e dos outros entes da Federação. A prática destes convênios/acordos fomentou a institucionalização sistemática das relações com o Ministério e o repasse fundo-a-fundo

⁸ Foram realizadas mais duas edições em 2010 e 2013.

⁹ MINISTÉRIO DA CULTURA. *Relatório: 1ª Conferência Nacional da Cultura*. Brasília: MinC, 2006. Disponível em <<http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2012/10/4-Relat%C3%B3rio-I-CNC.pdf>> acesso em 10 out. 2020.

de recursos, exigindo a organização e planejamento de políticas culturais em nível estadual e municipal.

Durante os anos de 2003 a 2011, nas gestões Gil e Juca, os Pontos de Cultura¹⁰, como ação concêntrica da política de Cultura Viva tornaram-se o principal meio de favorecer a capilaridade da ação pública e o processo de *desescondimento* da cultura brasileira. Esta política governamental específica ganhou ainda mais fôlego com sua instituição como política de Estado por meio da Lei n° 13.018, de 22 de julho de 2014, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva.

Os desafios para mudanças tão radicais não foram poucos. Para Célio Turino, estas mudanças sistêmicas exigem que o Estado seja um “Estado vivo”¹¹, o que significa ser eficiente, isto é, combinar

“princípios administrativos como: flexibilidade; transparência administrativa; descentralização compartilhada da gestão; coordenação de regras democraticamente estabelecidas; participação do cidadão, sobretudo os excluídos; modernização tecnológica; valorização dos servidores e retroalimentação na gestão com mecanismos de avaliação que permitam a aprendizagem e correção de erros”¹²

Deste modo seria possível realizar a proposta de um Governo que não assume o papel da sociedade, mas estimula seu desenvolvimento. Que supera, enfim, a “dupla patrimônio e artes”¹³ e é capaz de promover a identidade diversa da cultura nacional, por meio de participação popular.

Programa Cultura Viva

Criado em 2004, o *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania* teve como objetivo “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural,

¹⁰ “Os Pontos de Cultura, além de cobrirem as regiões brasileiras, também abrangem os mais variados grupos sociais: jovens, mulheres, indígenas, comunidades camponesas e sem-terra, comunidades afro-brasileiras, populações ribeirinhas e das florestas. Abarca expressões religiosas, teatro, dança, audiovisual, música, circo, cultura popular (mamulengo, folguedos, artesanatos, hip-hop, capoeira, artes, maracatu, congado, folia e reis, bumba-meu-boi etc.). Organiza práticas e equipamentos culturais (cineclubismo, multimídia, mercados alternativos, centros de empreendedorismo, museus, bibliotecas, rádios, centros culturais, espaços culturais, preservação do patrimônio histórico, núcleos de memória, centros de cultura digital etc.)”. BARBOSA, Frederico. O Ministério da Cultura do Governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura*. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. p. 76.

¹¹ A ideia é desenvolvida no capítulo “O Estado de baixo para cima”, In: TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2.ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2010. p. 127-142.

¹² TURINO, *Ponto de cultura*, p. 137.

¹³ LACERDA, Alice Pires; MARQUES, Carolina de Carvalho e ALVIM, Sophia Cardoso Rocha. Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura. In: Antonio Albino Canelas Rubim (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: Edufba, 2010. p. 111-132. p. 115.

assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade”¹⁴, por meio do uso de recursos públicos e privados para estímulo de atividades culturais prioritariamente para pessoas de baixa renda e para combater a exclusão social, valendo-se também de parcerias entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios com a sociedade civil.

O Programa Cultura Viva, segundo a Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, visava a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural por meio do fomento e parceria com entidades/grupos/coletivos artísticos e de outros campos da expressão cultural. O programa tinha como princípios: o estímulo ao protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura; a gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil; a construção de novos valores de cooperação e solidariedade, promovendo a cultura de Paz e a defesa dos Direitos Humanos.

Seu público prioritário compreendia os grupos, comunidades e populações com baixo reconhecimento da sua identidade cultural, tais como: comunidades praticantes de culturas populares, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, população LGBTQI+, mulheres, grupos etários prioritários (crianças, jovens e idosos), pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico, dentre outros.

Para participar do Programa, os projetos devem funcionar como instrumento de reconhecimento e articulação de ações já existentes nas comunidades, contribuindo para a inclusão social, a construção da cidadania e a promoção da diversidade, seja por meio da geração de emprego e renda ou do fortalecimento das identidades culturais.

O financiamento era direto pelo Governo Federal, mas previa a inclusão de outros entes federados e de outros parceiros públicos por meio de convênios, bolsas ou prêmios concedidos através de seleção pública. O objetivo era apoiar iniciativas culturais para seu fortalecimento e articulação em rede, para que estas ampliem sua capacidade de captação de recursos de outras fontes, públicas e/ou privadas.

¹⁴ BRASIL, Ministério da Cultura. *Portaria nº 156*, de 06 de julho de 2004. Brasília: [s. n.], 2004. Disponível em: http://www.feambra.org/feambra_sys/conteudo/legislacao/portaria-156-de-2004.pdf - Acesso em 08 abr. 2020.

Ponto de Cultura

São coletivos, juridicamente constituídos ou não, que realizam ações socioculturais de base comunitária e são reconhecidos por órgãos públicos, inclusive por meio da autodeclaração na plataforma Cultura Viva (<http://culturaviva.gov.br/>) do Governo Federal.

Os Pontos de Cultura são um dos primeiros modos de articulação da Política Nacional Cultura Viva Comunitária. Surgiram na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (2003-2008) e se estabeleceram durante os governos Lula (2003-2010).

Algumas das ideias que impulsionam a criação desta política cultural podem ser identificadas no manifesto do Movimento Figa Brasil, de Gilberto Gil e Jorge Mautner, de 1987. No manifesto há um convite “para nos comunicarmos de novo”¹⁵, restaurando as relações entre os artistas e articuladores políticos contra um enfraquecimento da cidadania nos anos da Ditadura Civil-militar. Há, igualmente, uma afirmação da crença “em ler, escrever, estudar” para “resgatar a história real, a história do sambista, do feirante, do Filho de Gandhi”¹⁶, o que pode ser identificado no desejo de “desesconder” o Brasil, de “chegar ao Brasil grande”, que pulsa na miríade de grupos culturais no interior do país.

A organização em Rede com objetivo de gerir a política cultural de modo compartilhado e a atuação na base comunitária, são diferenciais desta estratégia de política pública. Conforme destaque de Eliane Parreiras, então secretária da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC), os Pontos estão constituídos de modo particular pela “rede, a chancela, a gestão compartilhada”, tendo a atuação local como diferencial “de um fundo de transferência de recurso”¹⁷.

REDE MINEIRA DE PONTOS DE CULTURA

O processo de valorização destes pontos de estímulo antropológico no Estado de Minas Gerais foi, por assim dizer, simultâneo à criação pelo MinC, pois houve aprovação de instituições nos primeiros editais de 2004. Um dos aspectos importantes presentes na

¹⁵ GIL, Gilberto; MAUTNER, Jorge. *Um caráter para Macunaíma: texto-manifesto do Movimento Figa Brasil*. Disponível em <<http://www.panfletosdanovaera.com.br/detalhe/3940>> Acesso em 8 abr. 2020.

¹⁶ Idem.

¹⁷ CAMPOS, Damiana. *Relatoria da audiência _Comissão da Rede de Pontos de Cultura e SEC_Dez 2012*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 22 dez. 2012. p. 3.

Rede, desde seu início, é a capilaridade e a interiorização, fortalecendo ações nas regiões com menos financiamento e equipamentos culturais. Esta capilaridade, conforme o princípio de gestão compartilhada e de fortalecimento de ações, pode ser vista como uma extensão da própria gestão, podendo-se considerar que “se pensar na rede dos pontos e mapeá-la em MG veremos onde a SEC, também, está presente”¹⁸, segundo análise de Damiana Campos.

Após a apresentar o contexto histórico de evolução das políticas culturais em que a Rede Mineira de Pontos de Cultura foi paulatinamente se instalando; vamos apresentar os marcos políticos de organização da Rede Mineira.

Entre os princípios do Programa Cultura Viva está o empoderamento, ao longo dos anos é possível perceber como as instituições reconhecidas como Ponto de Cultura e seus representantes assumiram o poder que lhes foi garantido.

Entende-se que “empoderamento não significa dar poder a alguém. O empoderamento não pode ser oferecido”¹⁹, mas que é adquirido em espaços de garantia de direitos e de expressão, que permitem o “desenvolvimento das nossas competências, da nossa confiança, do nosso conhecimento, das nossas redes”²⁰. O poder, quando adquirido, não “pode ser retirado”²¹, porque ajusta-se à síntese identitária do agente.

Passados cerca de dezesseis anos, desde a aprovação das primeiras instituições como Ponto de Cultura, há agentes que ainda militam na Rede, demonstrando que o empoderamento constitui aspecto fulcral desta política pública, permitindo a estabilidade e a ampliação de relações e garantido a sustentabilidade política e econômica das ações estimuladas.

Histórico

A partir da contextualização precedente, apresentamos dados sobre eventos que são importantes para a implantação da Rede Mineira de Pontos de Cultura, desde seu início em 2004 até 2020.

¹⁸ CAMPOS, Damiana. *Relatoria da audiência _Comissão da Rede de Pontos de Cultura e SEC_ Dez 2012*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 22 dez. 2012. p. 4.

¹⁹ GOLDBARD, Arlene; MATARASSO, François. *Cadernos Arte e Comunidade: Caderno n.01 Ética e arte participativa*. Trad. Madalena Caramona. Lisboa: Programa Gulbenkian Desenvolvimento Sustentável, 2021. p. 8.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Idem, ibidem*.

2004

Com a criação do *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA*, em 06 de julho de 2004, foi lançado o primeiro Edital no dia 16 do mesmo dia. Foram selecionadas 210 instituições em todo o país.

Desde este primeiro edital Minas Gerais teve representantes no Programa, como afirma Castro:

“Minas Gerais iniciou a participação no Programa Cultura Viva a partir dos seguintes editais, lançados pela Secretária de Programas e Projetos Culturais do Minc: Edital de Divulgação nº 1, de 16 de julho de 2004; Edital de Divulgação nº 3, de 20 de abril de 2005; Edital de Divulgação nº 4, de 20 de abril de 2005; Edital de Divulgação nº 2, de 4 de julho de 2007, e Edital de Divulgação nº 4, de 17 de julho de 2009”²²

Lentamente, as instituições selecionadas nos primeiros editais foram se organizando e criando contatos.

2005

Em 2005 foi publicada, pelo MinC, a terceira edição da cartilha “*Cultura Viva: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária*”, que reúne definições sobre o Programa e o que são os Pontos e Pontões de Cultura. Originalmente os pontões seriam articuladores de redes de pontos de cultura com subvenção governamental e de empresas públicas e privadas.

Neste mesmo ano foi aprovada a Emenda Constitucional do PNC após longa articulação. A Emenda Constitucional Nº 48, de 10 de agosto de 2005, acrescentou “o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura”.

Também foi o ano da reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural, (CNPC), pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que instituiu o Sistema Federal de Cultura, instituído pela Constituição Federal, art. 216-A. Entre as competências do CNPC estava a de “aprovar as diretrizes gerais que nortearão a elaboração do projeto de lei do Plano Nacional de Cultura, pelo Ministério da Cultura, e o acompanhamento do Plano”²³. O regimento interno do CNPC foi regulamentado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010.

Em 2005 teve início o processo de organização da I Conferência Nacional de Cultura (CNC). Foram realizados seminários locais e regionais, além das conferências

²² CASTRO, Cláudia Houara de. *A Estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais: um estudo de caso*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014. Monografia. p. 25.

²³ BRASIL, Ministério da Cultura. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006*, p. 85.

municipais, estaduais e temáticas. A plenária nacional foi realizada entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2005, em Brasília. Além da plenária nacional, houve a Conferência Virtual, durante o ano de 2006, para aprovar as diretrizes do PNC. O histórico e os resultados foram publicados no livro *1ª Conferência Nacional de Cultura | 2005/2006*.

2006

Em 2006 foi realizada a 1ª Teia Nacional, com o tema “Venha Se Ver e Ser Visto”, realizada no Pavilhão da Bienal, entre os dias 5 e 9 de abril, em São Paulo. As Teias são encontros nacionais de articulação entre os Pontos de Cultura, uma instância de reunião das energias que pulsam pontualmente em todo o território brasileiro. Na programação sempre há mostras artísticas, espaço de debate e articulação política, planejamento de ações e feiras de Economia Solidária. Com estes eventos os Pontos podem ser reconhecidos, ter visibilidade e compartilhar alguns resultados de suas atividades.

2007

Em outubro foi instituído o Programa Mais Cultura, por meio do Decreto nº 6.226²⁴, que teve por objetivos:

“I - ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural; II - qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e III - gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro.”

Com este programa, fica mais clara a interface pretendida entre cultura e desenvolvimento social. O Mais Cultura é uma espécie de PAC da cultura que destinou recursos para garantir a diversidade brasileira e o desenvolvimento integral de suas comunidades.

Neste Decreto, destaca-se o impulso à participação popular e à gestão articulada do Programa, justamente visando à interface com o desenvolvimento social. É com base nele, que o Convênio MinC/SEC 470/07 estabelecia um *Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura*, que seria formado por diferentes instituições e órgãos e contaria com a participação de *ponteiros* para efetivar a gestão compartilhada do Programa em Minas Gerais. O Comitê foi criado em 17 de agosto de 2010. Teve um

²⁴ BRASIL. *Decreto nº 6.226*, de 04 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura.

Regimento²⁵, mas parece ter funcionado com pouca efetividade. Em 2013 a SEC enviou Ofício²⁶ solicitando a indicação de quatro membros (dois titulares e dois suplentes) da Comissão Estadual para compô-lo. Ainda assim, não foi possível acessar os resultados deste Comitê.

É, justamente, o caráter eminente de gestão compartilhada e de reunião de esforços em uma perspectiva de integração cultura/desenvolvimento que foi atacada pelo Decreto nº 10.087, de 05 de novembro de 2019²⁷. Neste último Decreto revogam-se os Artigos 5º a 8º do Decreto de criação do Mais Cultura, que tratam da Câmara Técnica, do Comitê Executivo e dos grupos de trabalho do Programa, que poderiam ser compostos por representantes da sociedade civil, inclusive.

Em 2007, foi realizado o 1º Fórum Estadual de Pontos de Cultura, em preparação para o Teia Nacional de Brasília, o Fórum ocorreu no Hotel Amazonas, no Centro de Belo Horizonte.

Também foi realizada a 2ª Teia Nacional, entre os dias 7 e 11 de novembro, em Belo Horizonte. A Teia foi organizada em parceria intergovernamental e teve como tema “Tudo de Todos”. Contou com a presença do presidente Lula para a abertura. Desta vez, foi realizado o I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que discutiu temas como sustentabilidade, comunicação com os órgãos governamentais e a descentralização das ações do programa. Nesta Teia,

“A Plenária do FNPC, que ocorreu na TEIA 2007, aprovou a criação de uma comissão nacional com 48 representantes, que espelha o esforço dos pontos de cultura e da equipe coordenadora do Programa, no sentido de buscar uma agenda política comum de atuação. A comissão conta com representantes dos pontos de cada Estado (totalizando 27), mais um de cada eixo do Programa Cultura Viva (Escola Viva, Cultura Digital, Ação Griô), somados a um de cada segmento artístico que recebeu proposta de inclusão na plenária, como é o caso das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais/Herança Intangível.”²⁸

2008

A 3ª Teia foi realizada entre os dias 12 e 16 de novembro de 2008, em Brasília, foi a primeira a contar com colaboração da Comissão Nacional de Pontos de Cultura em

²⁵ Anexo de: FARIA, Leri. *Regimento Interno do Comitê de Acompanhamento e Gestão do programa Mais Cultura em Minas Gerais*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 14 dez. 2010.

²⁶ CAMPOS, Damiana Souza. Ofício da SEC/Indicação. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 07 ago. 2013.

²⁷ BRASIL. *Decreto nº 10.087*, de 05 de novembro de 2019. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos.

²⁸ BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. *Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008: ano base 2007*. Brasília: MP, 2008. p. 525.

sua organização. Reuniu mais de 600 representantes de Pontos de Cultura. Teve como tema “Iguais na Diferença”, com referência aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Durante a Teia foi realizado o II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que discutiu sobre autonomia, protagonismo e fortalecimento da política de Cultura Viva, além de “propor novos marcos legais que afirmem a cultura como direito de cidadania e dever do Estado, reconhecendo a autonomia e o protagonismo cultural da sociedade brasileira”²⁹.

Este foi o ano de lançamento do edital para a criação da Rede Estadual de Pontos. Lançado em 19 de dezembro de 2008 e publicado no DOEMG no dia seguinte. Seu prazo de inscrição foi estendido até 20 de março de 2009. O objetivo do edital era apoiar instituições para promover cidadania cultural e geração de renda. O edital recebeu 472 inscrições de projetos.

2009

O Congresso de Cultura Ibero-Americana foi realizado entre os dias 30 de setembro e 3 de outubro. Reuniu representantes de 22 países no SESC Vila Mariana, em São Paulo. O tema do Congresso foi Cultura e Transformação Social. Neste encontro, foi proposta a criação do Programa IBERCULTURA, na *Declaração de São Paulo*³⁰, assinada durante a Reunião Extraordinária de Ministros da Cultura da Ibero-América³¹.

A iniciativa foi retomada na XVI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Cultura, realizada no Panamá, em 13 de setembro de 2013. A proposta da Declaração é potencializar o intercâmbio de conceitos e práticas em políticas culturais que valorizam a cultura como campo de desenvolvimento social e econômico.

2010

A Teia Minas foi realizada em Belo Horizonte, entre os dias 26 a 28 de fevereiro, no Espaço Cento e Quatro (104). Nesta Teia foi realizado o III Fórum Mineiro de Pontos

²⁹ COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA. *II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura: Relatório, Documentos e Resoluções*. Brasília: [s. n.], 2008. p. 14.

³⁰ DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://iberculturaviva.org/wp-content/uploads/2019/12/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-SP-ES.pdf>> Acesso em 08 abr. 2020.

³¹ BRASIL, Ministério da Cultura. Disponível em: < <http://cultura.gov.br/xvi-conferencia-ibero-americana-de-ministros-da-cultura/>> Acesso em 8 abr. 2020.

de Cultura³² em preparação para a Teia Nacional. Foi realizada de forma colaborativa entre governos e a Comissão Mineira de Pontos de Cultura.

A 4ª Teia Nacional, com o tema “Tambores Digitais”, foi realizada no Complexo Dragão do Mar em Fortaleza/CE, entre os dias 25 a 31 de março. Além do encontro e da articulação do programa, nesta edição foram lançadas algumas publicações como o Catálogo Cultura Viva: *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania Cultura Viva: Autonomia, Protagonismo e Fortalecimento Sócio-cultural para o Brasil*. Segundo relatório da SEC, participaram do evento 130 Pontos de Cultura de MG³³.

Neste ano, o MinC, lançou o primeiro edital para Pontões de Cultura. Foram selecionados 129 grupos com capacidade de articulação de Pontos conforme sua temática ou região.

Este foi o ano de realização da II CNC, e entre os dias 11 e 14 de março, em Brasília. A programação e os resultados foram publicados no livro *Conferindo os conformes: Anais [da] II Conferência Nacional de Cultura*.

Durante o ano, o processo de assinatura de convênios entre a SEC e as instituições selecionadas pelo edital de 19 de dezembro de 2008 demandou forte articulação.

Após disparatado ofício do Governo de Minas Gerais ao MinC (OF/SEC/GAB/0475/10)³⁴, sugerindo que, em virtude do ano eleitoral e visando a distribuição dos recursos, o MinC aceitasse o valor do Convênio 470/07 de volta e executasse o programa diretamente; algumas instituições se organizaram, e com orientações de advogados do Fórum da Música, pressionaram o Governo do Estado para realizar o pagamento da primeira parcela do Edital.

Em 07 de junho reuniram-se e no dia 08 de junho foram à Assembleia pedir o apoio da Comissão de Cultura. Também articularam o diálogo com o MinC. Participaram diretamente desta primeira articulação: “Mestre Primo, Mariana, Luciana, Nil, Alba e sua filha, Francis, Projeto Kairós e Cristiano”³⁵. O grupo mobilizou uma campanha de “ConveniamentosJÁ”, para garantir que os recursos permanecessem na SEC e fossem executados o quanto antes.

³² BRASIL, Ministério da Cultura. Disponível em: < <http://cultura.gov.br/esquentando-os-tambores-da-teia-brasil-2010/>> Acesso em 09 abr. 2020.

³³ SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Relatório Técnico de Cumprimento do Objeto, de 30 de março de 2010, da Superintendência de Interiorização. Apud CASTRO, Claudia Houara. *O programa cultura viva em Minas Gerais*. Relatório. [s. d.]. p. 9.

³⁴ CASTRO, Danilo. *Programa Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 08 jun. 2010.

³⁵ PENA, Cristiano. *Encaminhamentos da reunião 07/06*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 07 jun. 2010.

A articulação das instituições levou a uma audiência pública promovida pela ALMG em 18 de junho de 2010, com a finalidade de discutir “questões relacionadas ao repasse de verbas públicas ao setor de cultura no Estado e à continuidade de programas como "Música Minas", "Mais Cultura" e "Pontos de Cultura"”³⁶.

No dia 19 de junho, a SEC encaminhou comunicado aos Pontos informando que, após consulta ao jurídico da SEC e do MinC, os convênios poderiam ser assinados, mesmo no período eleitoral. No entanto, as instituições deveriam oferecer contrapartida ao valor de apoio³⁷.

A contrapartida poderia ser no valor mínimo de 12 mil reais anuais, sob a rubrica de “supervisão”, ou seja, alguém da instituição conveniente poderia exercer esta função como voluntário, sem necessariamente, que a instituição tivesse que dispensar o valor³⁸. Para garantir a assinatura de todos os convênios, uma “força tarefa” voluntária foi formada, entre os *pontistas* para ligar e ajudar a SEC a operacionalizar os contatos para efetivar o convênio³⁹.

Graças à articulação e ao empenho, especialmente de Nil César, Alba Dutra, Cristiano Pena, Erika Curtis, Ellen Parrela e Mariana Theodorica, entre outros, a maioria das instituições selecionadas no edital de 2008 conseguiu conveniar-se ainda em 2010.

Ainda em 2010, o Ipea publicou uma avaliação sobre o Programa entre os anos de 2007 e 2008. O livro *Cultura viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*, foi uma das primeiras avaliações extensas do Programa, que inclui uma discussão sobre a eficiência e operacionalização do plano cognitivo do Cultura Viva (ver abaixo no tópico Redesenho – 2012-2014).

Também em 2010, foi promulgada a Lei nº 12.343, de 02 de dezembro, que instituiu o “Plano Nacional de Cultura – PNC” e criou o “Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC”. O plano foi elaborado durante longo tempo, e é um dos frutos das I Conferência Nacional de Cultura. Entre suas metas, a de número 23 prevê: “15 mil pontos de cultura em funcionamento, compartilhados entre o

³⁶ ALMG. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=585&dia=18&mes=06&ano=2010&hr=14:00&tpCom=2&aba=js_tabResultado> Acesso em 19 abr. 2020.

³⁷ CARDOSO, Andréa. *Informativo Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 19 jun. 2010.

³⁸ MORAIS, Paulo. Comunicado Pontos de Cultura. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 18 jun. 2010.

³⁹ CESAR, Nilton. Comunicado Pontos de Cultura. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 18 jun. 2010.

governo federal, as unidades da federação (UFS) e os municípios integrantes do sistema nacional de cultura (SNC)”⁴⁰.

2011

No início do ano, a empresa DUO, contratada para colaborar na formação das instituições gestoras dos Pontos de Cultura, em Minas Gerais, realizou módulos do curso proposto. Esta ação e o acompanhamento sistemático da SEC, bem como a articulação e apoio mútuo na Rede de Pontos, são as principais fontes do êxito na execução fiscal dos convênios, que teve uma taxa muito baixa de inadimplência em relação a outros Estados⁴¹.

No dia 25 de maio, foi realizada a Marcha Nacional dos Pontos de Cultura em Brasília, como parte da programação de encontros e reuniões que ocorreu entre os dias 24 e 27. Representantes dos Pontos de Cultura de todo o país realizaram uma marcha na Capital para ressoar suas reivindicações e mobilizar parlamentares e gestores pela continuidade e avanço do Programa Cultura Viva no início do governo Dilma Rousseff. A Marcha foi parte da programação do evento: Caravana Nacional dos Pontos de Cultura – Brasília e contou com representantes de Minas Gerais.

A Teia Minas também foi realizada neste ano, entre os dias 18 e 20 de novembro, na FUNARTE, em Belo Horizonte, como parte do IV Fórum Mineiro dos Pontos de Cultura. Foram representados mais de 150 Pontos, dentre os 173 que compunham a Rede Estadual sendo 100 conveniados como Estado, 13 de convênio com os municípios (cinco com a Prefeitura de Governador Valadares, oito com Uberaba) e 60 conveniados diretamente com o Governo Federal⁴². Este fórum foi preparado por meio de encontros regionais em Três Corações; Jequitinhonha; Arinos; Uberaba; Ubá; e na própria Capital⁴³.

Neste Fórum foi eleita a seguinte Comissão Estadual:

⁴⁰ BRASIL. Ministério da Cultura. *As Metas do Plano Nacional de Cultura*. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. p. 74.

⁴¹ “É importante ressaltar que dos 100 Pontos Conveniados, 99% deles entregaram suas prestações de contas no prazo sem nenhuma irregularidade grave. Atualmente temos 99 Pontos de Cultura totalmente ativos. Isso se deu, principalmente, pela iniciativa do Estado em contratar empresa especializada de assessoria e consultoria aos Pontos de Cultura.” PARREIRAS, Eliane. *Ofício OF/SEC/GAB/Nº 0110/2013*. Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2013.

⁴² Cf. notícia disponível em: BRASIL, FUNARTE. *Funarte MG sedia a Teia 2011*. Funarte, 2011. Disponível em: <<https://www.funarte.gov.br/artes-integradas/funarte-mg-sedia-a-teia-2011/>> Acesso em 08 abr. 2020.

⁴³ REDE LIVRE. *Pontos de Cultura de MG realizam encontros regionais*. Pontos de Cultura Brasil, 2011. Disponível em: <<http://pontosdeculturabrasil.redelivre.org.br/2011/09/27/pontos-de-cultura-de-mg-se-preparam-para-encontros-regionais/>> Acesso em 8 abr. 2020.

1. *Região Metropolitana (colegiado)*: Júlio Souza – Belo Horizonte; Francis - Belo Horizonte; José Luis – Nova Lima; Myriam Nacif – Nova Lima; José Guilherme – Belo Horizonte; Nil César – Belo Horizonte; Rosângela Fajardo - Belo Horizonte;
2. *Sul de Minas (Colegiado)*: Ronildo Prudente – Três Corações; Danielle Terra – Três Corações; Luis Tarley – Alagoa.
3. *Zona da Mata (Colegiado)*: Erika Curtis – Ouro Preto; Moema Carneiro – Ubá; Rosangela Fialho – Cajuri; Paulo César de Oliveira – Juiz de fora; Valtecir de Mello – Visconde do Rio Branco; André – Além Paraíba; Fulvia Rodrigues – Cajurí.
4. *Vale do Rio Doce (Titular e Suplente)*: Elizeu Gabriel – Governador Valadares (titular); Edilson Gonçalves Bento – Açucena (primeiro suplente); Thiago Vinicius Lopes – Governador Valadares (segundo Suplente).
5. *Jequitinhonha*: Oriléia Barbosa – Couto Magalhães de Minas; Bruno Emiliano – Milho Verde
6. *Norte e Noroeste*: Lucivaldo Lira - Paracatu; José Antônio Vicente de Souza– Três Marias; Ellen Parrela – Montes Claros.

Foi eleito também como representante na Comissão Nacional: Francis – Belo Horizonte – Pontão de cultura Grupo Cultural NUC.

Ainda em 2011, o IPEA publicou o livro *Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*, organizado por Frederico Barbosa e Lia Calabre. Esta edição reúne muitas análises sobre o tema. É um dos marcos da influência sobre as pesquisas acadêmicas com relação aos Pontos de Cultura. O Ipea também publicou o livro *Cultura viva: as práticas de pontos e pontões*, com o objetivo de refletir, criticar e avaliar as realizações do Programa Cultura Viva, em seus cerca de sete anos. Tem uma abordagem mais analítica das práticas institucionais das organizações denominadas Pontos de Cultura, sem focar na gestão do Ministério da Cultura.

2012

Em 2012 foi criado o informativo *Ponto de Cultura: de ponta a ponta das Minas e dos Geraes*. Publicação on-line que circulou durante o ano de 2012. Elaborado pela Comissão Estadual, informava links para as programações dos Pontos.

Foi realizada uma parceria com o 44º Festival de Inverno da UFMG para participação de Pontos de Cultura. O Festival ocorreu entre os dias 15 e 26 de julho. O

convite para a participação foi publicado em 09 de maio e articulado entre a SEC, a Representação Regional do MinC, a Comissão Estadual e a UFMG. Uma oportunidade para formação e circulação de saberes, inclusive com a Universidade.

No dia 27 de setembro, foi realizado um encontro em Uberlândia⁴⁴, na sede do Ponto de Cultura Palavras que brincam – Grupo Emcantar. O evento contou com 14 representantes de 8 Pontos de Cultura, além de representantes da SEC e da Representação do MinC em Minas. Foram tratados os temas do Redesenho do Programa e o desenvolvimento da política de cultura viva, incluindo a elaboração de legislação para suportar o programa. Tratou-se, inclusive, sobre o pagamento da 3ª parcela do convênio. Para a realização da Teia Estadual, em 2013, foi sugerido que uma estatal patrocinasse via Lei Rouanet. Para a participação na Teia Nacional, o Estado iria garantir as viagens e diárias com o saldo do convênio para custear a participação de Minas.

Neste encontro, foi informado que a SEC estava preparando um catálogo com os Pontos em Minas, que nunca foi concluído. Sobre novos editais, a SEC informou que dependia do MinC, pois a participação nos convênios era composta do seguinte modo, o MinC concedia 2/3 dos recursos, e o outro ente da Federação 1/3. Considerando a meta 23 do Plano Nacional de Cultura, o mais provável é que o MinC iria propor um novo convênio.

No segundo semestre de 2012, foi aberto o edital para eleição de representantes da sociedade civil no Conselho Estadual de Política Cultural (CONSEC). A Rede de Pontos se articulou para eleger um representante, garantindo que Paulo Morais fosse eleito para um primeiro biênio. O CONSEC foi instalado em 1º de outubro de 2012.

Em 2012, com a aprovação da PEC nº 71, de 29 de novembro, pelo Congresso Nacional, ficou instituído o Sistema Nacional de Cultura, acrescentando o Art. 216-A à Constituição Federal, conforme o *caput*:

“O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.”⁴⁵

⁴⁴ Baseado em: OLIVEIRA, Ricardo Augusto Santos. *Relato reunião pontos com minc e sec - 27 de setembro*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 29 set. 2012.

⁴⁵ BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm> acesso em 29 abr. 2020.

Este importante passo para a legislação de políticas culturais no Brasil é fruto de mobilização de diversos atores e do interesse dos gestores públicos em garantir um arcabouço jurídico para o desenvolvimento da ação cultural.

Em 11 de dezembro de 2012, cinco representantes dos Pontos de Cultura reuniram-se com a secretária de Estado para tratar das demandas surgidas no encontro de Uberlândia e no diálogo com a Rede, via e-mails, sobre o repasse dos recursos do terceiro ano do convênio, e sobre a gestão de 2013 do programa Cultura Viva. Neste encontro houve um alinhamento sobre a importância dos Pontos, a necessidade de melhoria na comunicação entre SEC e entidades gestoras, a continuidade do programa e um posicionamento do Estado diante do Relatório de Redesenho do Programa Cultura Viva, procurando contrapor a má avaliação com os resultados positivos obtidos no Estado.

Também se discutiu a importância dos Pontos como colaboradores na interiorização das Políticas Culturais e na discussão do Plano Estadual de Cultura, por meio das atividades do programa “Minas Território da Cultura”⁴⁶. Após a reunião, a SEC, em 29 de janeiro de 2013⁴⁷, enviou orientações sobre o repasse da 3ª Parcela do Convênio e sobre as readequações.

Sobre a Teia, a SEC afirmou não ter condições de custear gastos com uma Teia Estadual e a ida dos Pontos à Teia Nacional, deixando assim os recursos para a participação na Teia Nacional. Além disso, a SEC enviou Ofício com parecer positivo sobre o Programa Cultura Viva em relação ao Redesenho.

Redesenho

A partir de 2012, o IPEA constituiu o Grupo de Trabalho Cultura Viva junto da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC-MinC), com o objetivo de analisar e redesenhar o Programa Cultura Viva. Os Pontos de Cultura foram representados por 5 ponteiros, um de cada região do Brasil.

Na reunião de 26 e 27 de março, foram apresentados os resultados do relatório de acompanhamento do IPEA. Segundo este relatório, era clara a necessidade de rearticular o Programa definindo papéis para o Governo Federal, as Redes, os Fóruns e os próprios

⁴⁶ Programa de descentralização e regionalização de ações culturais propostas pela Secretaria de Estado de Cultura entre os anos de 2013 e 2014.

⁴⁷ MACHADO, Manuella Abdanur de Paula. *Correspondência externa:001/2013 da Rede de Pontos de Cultura de Minas Gerais*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 29 jan. 2013.

Pontos. A equipe propôs a seguinte compreensão de política pública para analisar o Cultura Viva:

- “a) plano cognitivo: das ideias, dos princípios, dos valores, das representações. Aqui apresentam-se ideias como protagonismo, autonomia, diversidade, cultura livre, republicanismo, equidade, participação etc. As explicações, justificativas e enunciação de problemas também desdobram-se nesse plano.
- b) plano normativo: mobiliza a cultura política para explicitar como traduzir o plano. Encontramos nesse plano os discursos, debates, conferências, seminários, reuniões, estratégias, objetivos etc.
- c) plano operacional: agenda, elaboração, formulação, desenho, implementação, execução, avaliação e monitoramento. Aqui localizamos os planos de ação, editais, transferências, produção de documentos e normas estabelecendo critérios etc.”⁴⁸

Nos dias 06 e 07 de dezembro de 2012, ocorreu em Brasília um Seminário Nacional para conclusão das propostas que foram amplamente debatidas nos grupos da Comissão Nacional e nas Redes Estaduais. No entanto, os membros da Comissão Nacional e muitos representantes de Pontos de Cultura se opuseram à visão negativa do relatório, que descaracterizava o Programa, por exemplo indicando apoio em menor período, o que prejudica claramente a estruturação das instituições em suas fragilidades e a inserção na Rede.

Embora o redesenho tenha sido encerrado no mesmo ano, o relatório final *Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva*, só foi publicado, em livro, no dia 12 de dezembro de 2014, durante a gestão interina de Ana Cristina Wanzeler no MinC. O objetivo do redesenho foi adequar e realinhar as ações o programa,

“definindo com maior precisão os conceitos e as diretrizes para seu fortalecimento enquanto política nacional. Representa, também, a busca por qualificar a gestão e dar visibilidade aos efeitos do programa junto à sociedade, aumentando sua estabilidade, efetividade e perspectiva de autorrenovação”⁴⁹.

2013

Neste ano, foi criado o Fórum de Políticas Culturais de Minas Gerais. A primeira reunião do Fórum foi realizada no dia 29 de janeiro, na Funarte MG, com a participação de representantes dos Pontos de Cultura. O Fórum continua em atividade, inclusive com a articulação de representantes da Rede Mineira. Em reunião do dia 07 de março, a Rede Mineira entregou uma carta⁵⁰ à Ministra Marta Suplicy reivindicando maior participação

⁴⁸ BARBOSA, Frederico. *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. Brasília: [s. n.], 2012.

⁴⁹ SILVA, Frederico A. Barbosa da; LABREA, Valéria Viana (orgs.). *Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2014. p.8.

⁵⁰ OLIVEIRA, Ricardo. *Acuso de recebimento da carta dos Pontos de Cultura de Minas*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 11 mar. 2013.

no processo de *Redesenho* do Programa e agilidade no tratamento do novo convênio MinC-SEC, inclusive para dar aos Pontos conveniados uma perspectiva de continuidade.

Sobre o Redesenho, foi publicado o *Documento Base do Programa Cultura Viva*. Após as análises do grupo de trabalho com participação do IPEA, o MinC iniciou um processo de avaliação dos planos “normativo” e “operacional” do Programa, definindo Metas conforme a Política Nacional de Cultura (SNC). Com isto, passou-se a priorizar uma abordagem do programa como a principal “Política de Base Comunitária” do SNC.

Em uma reflexão mais detalhada o Ipea procurou discutir o significado e a incidência comunitária das Redes, sejam geográficas ou temáticas, constatando que

“as redes de ação pública se constituem em quadros mais ou menos estáveis de interação social e política, que se caracterizam pela cooperação não hierárquica entre grupos, associações e instituições que se reconhecem, trocam experiências e recursos, desenvolvem atividades e defendem valores, normas e interesses comuns.”⁵¹

O que gera inúmeros desafios para a operacionalização das relações e uma grande diversidade nos modos de pertença de cada grupo, o que pode enfraquecer a potencialidade do Programa. Com o novo “Documento Base” foram priorizados novos modos de operacionalizar editais junto a redes estaduais e municipais, além de focar mais nos prêmios e em editais temáticos ou para grupos específicos.

Em reunião com representantes da SEC e do MinC, em 29 de abril, foram apresentadas propostas de uso para o saldo de rendimentos do convênio. A maioria dos Pontos que responderam ao pedido de informação da SEC afirmava que preferia que os recursos fossem usados para:

“c) com parte do recurso organizar um Encontro Estadual "enxuto" na Conferência Estadual de Cultura em setembro (proposta para os 179 pontos)
d) repassar o rendimento, total ou parcial, aos Pontos de Cultura através de aditamento, os rendimentos serão divididos entre os Pontos de Cultura (proposta para os 100 Pontos conveniados em 2010 e 2011, Minc-SEC, que estiverem adimplentes).”⁵²

Em 07 de outubro de 2013⁵³, a SEC comunicou que, havia recebido parecer favorável da assessoria jurídica do Estado para realizar o Encontro Estadual e aplicar o saldo residual na “ampliação de meta física” conforme § 3º do Art. 16 do Decreto Estadual

⁵¹ SILVA, Frederico A. Barbosa da; LABREA, Valéria Viana. *As múltiplas redes do programa cultura viva. Texto para Discussão 2273*. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 51.

⁵² PENA, Cristiano. *Reunião Minc e SEC - resposta até o dia 10/05*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 29 abr. 2013.

⁵³ MORAIS, Paulo. *Documento final Teia Minas 2013*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 07 out. 2013.

nº 43.635/2010⁵⁴. A decisão de usar o saldo foi encaminhada para parecer do MinC por meio do Ofício OF/SEC/SI/049/2013, de 07 de outubro de 2013.

No entanto, após longo amadurecimento, durante o ano de 2013, incluindo as consultas ao jurídico da SEC e do MinC, o V Fórum dos Pontos de Cultura propôs:

“10. Que o saldo dos recursos de aplicação financeira seja aplicado através de aditamento no custeio de ações de intercâmbio entre os Pontos de Cultura e para o custeio de 04 reuniões ordinárias em 2013/2014 e eventualmente extraordinárias da Comissão Estadual de Pontos de Cultura.”⁵⁵

Considerando a expectativa de que a Rede de Pontos seria ampliada com o estabelecimento de um novo convênio entre MinC e SEC.

Entre os dias 16 e 18 de abril, foi realizado o Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais. O evento foi realizado em parceria com a UFRJ junto do I Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural. Vania Cuenca participou representando a Rede Mineira.

Também em 2013, foi realizado o I Congresso Latino-americano de Cultura Viva, entre os dias 17 e 22 de maio. O encontro ocorreu na cidade de La Paz, na Bolívia. Este congresso foi fruto da articulação em rede de Pontos de toda a América Latina organizados na Plataforma Puente. Um grupo de Pontistas de Minas representou o Estado e a CNPdC.

O V Fórum Mineiro de Pontos de Cultura, junto da Teia de Minas Gerais, foi realizado entre os dias 23 e 24 de setembro na Associação Querubins, em Belo Horizonte. Junto a este Fórum foi realizada a Conferência Livre dos Pontos de Cultura de Minas Gerais, como preparação para a III Conferência Nacional de Cultura. O encontro foi articulado pela Rede e a SEC como uma das decisões de uso do saldo residual do Convênio 470/07.

A programação foi proposta pela Rede. Neste Fórum, foi eleita a seguinte Comissão Estadual: Leri Faria; Damiana Campos; Ellen Parrela; Ana Paula; Paulo Moraes; Nil Cesar; Franklim Drumond.

Em 24 de setembro de 2013, foi realizada reunião entre a Comissão, a SEC e o MinC uma reunião para discutir a continuidade do Programa em Minas, por meio de convênio MinC e SEC. Discutiu-se as modalidades do conveniamento dos pontos, a possibilidade de que os pontos já conveniados se inscrevessem no edital, os valores e o

⁵⁴ COSTA, Nina Suc Hangai. *Nota Jurídica AJU/Nº 2145/2013 de 11 de junho de 2013*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 07 out. 2013.

⁵⁵ FÓRUM MINEIRO DE PONTOS DE CULTURA. *Proposta da Rede de Pontos de Cultura para a continuidade do Programa Cultura Viva em Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s.n.], 24 de setembro de 2013.

modo de ampliação da Rede. Durante a reunião foi entregue ao representante da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC), Pedro Vasconcelos, o Ofício OF/SEC/GAB/Nº 385/2013, com o qual a SEC solicitava a continuidade da parceria com o Ministério.

A III Conferência Nacional de Cultura, ocorreu entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro, em Brasília. Contou com vários representantes de Minas, possibilitando a realização de uma reunião entre representantes da Comissão Estadual, a Representação Regional MG do MinC, em que foi protocolada correspondência solicitando a continuidade da parceria entre SEC e MinC.

No dia 09 de dezembro de 2013, a SCDC/MINC enviou o Ofício 1074 à SEC/MG manifestando o interesse do MinC em dar continuidade à rede de pontos em Minas, com um aporte de 18 milhões de reais, dos quais 12 milhões do Minc divididos em 2014 e 2015 e 6 milhões da SEC.

Em 30 de dezembro, o MinC, publicou a Portaria 118, reformulando o programa Cultura Viva, que passou a chamar-se “Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural - Cultura Viva”; preservando suas características e as ampliando, além de definir os Pontos e Pontões como “parceiros” do programa.

2014

Em 13 de fevereiro, houve uma reunião entre a Comissão e a SEC, na Cidade Administrativa, para discutir o novo formato do convênio entre SEC e MinC e sobre o Edital de Pontos de Cultura 2014.

As discussões desta reunião são parte do debate na Rede de Pontos desde o informe de 02 de abril de 2013, quando foi informado o valor do saldo de rendimento no Convênio 470/07. No dia 28/02/2013 constava em R\$ 972.536,84⁵⁶. Entre as definições, que deveriam passar pela consultoria jurídica da SEC estavam: que o repasse seja feito na modalidade prêmio, para 100 Pontos de Cultura no valor de 150 mil cada, sendo 50% para renovação dos já existentes (menos os que ainda estivessem executando o Convênio 2010) e 50% para criação de novos, a criação de um Pontão no Estado com as funções de ser “central de apoio administrativo, contábil e de gestão de projetos , apoio técnico,

⁵⁶ CAMPOS, Damiana. *Informação: Rendimento dos recursos SEC/ Pontos de cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 02 abr. 2013.

registro e memória da rede, além de promover e facilitar a articulação entre a rede”⁵⁷ com aporte de 800 mil reais em dois anos. Sobre as Teias, discutiu-se Que seria investido “um recurso na ordem de 700 mil reais, sendo 350 mil para a Teia Estadual, 300 para a Nacional e 100 mil de custeio das reuniões itinerantes da Comissão”⁵⁸. Discutiu-se ainda uma consulta ao MinC para realização de editais para Pontinhos de Cultura.

Em 11 de abril a SEC inseriu a proposta de um novo convênio com o MinC no portal SICONV. A proposta foi discutida na reunião de 13 de fevereiro com a Comissão Estadual. Em 29 de abril a SCDC informou que não seria possível efetivar o convênio nos moldes propostos, por motivo de contingenciamento. Em 7 de maio a Superintendente de Interiorização e Ação Cultural, Janaina Cunha, esteve em Brasília para tratar do assunto.

Em 14 de maio, a SEC enviou à SCDC/MinC, o Ofício OF/SEC/GAB/0178/2014, questionando o Ofício 359/2014/GAB/SCDC/MinC, que informava o contingenciamento. Neste Ofício, a secretária Eliane Parreiras, reafirmou o interesse do Estado em empenhar esforços para a garantia da continuidade do Programa, mas ressaltou as dificuldades, pois, o Plano Plurianual já havia sido aprovado e o MinC solicitava alterações também no modelo de execução do programa (além da mudança de 12 milhões para 2 milhões no valor de seu aporte), tendo em vista o MROSC. Estas alterações e necessárias adequações jurídicas, além de uma difícil relação política e as mudanças e redução no Programa, impediram a contratualização de um novo convênio.

Entre os dias 19 a 24 de maio, em Natal, foi realizada a 6ª Teia Nacional, denominada “Teia da Diversidade”. Reuniram-se além dos Pontos de Cultura outros articuladores culturais. No “Encontro da Diversidade”, paralelo ao Fórum Nacional, reuniram-se grupos atendidos pelo Programa Brasil Plural⁵⁹. A Teia foi marcada pelo esforço de ampliar o alcance do programa Cultura Viva, reconhecendo a potencialidade também econômica das iniciativas. Durante a Teia, houve o encontro do GT Minas Gerais, que em 23 de maio, elaborou a “Carta dos Pontos de Cultura de Minas Gerais – em defesa do Programa Cultura Viva”.

⁵⁷ MACHADO, Manuella Abdanur de Paula. *Registro de reunião: renovação convênio do Estado e novo edital pontos de cultura*. Belo Horizonte, 13 de fev. de 2014. p. 2.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 3.

⁵⁹ VERMELHO. 5º Encontro Nacional dos Pontos de Cultura começa nesta semana. Vermelho, 2014. Disponível em: < <https://vermelho.org.br/2014/05/16/5-encontro-nacional-dos-pontos-de-cultura-comeca-nesta-semana/> > Acesso em 08abr. 2020.

Após novo debate na Rede, em 10 de junho, a SEC inseriu uma Proposta no sistema SICONV, com valores atualizados para o uso do saldo de rendimento dos recursos do Convênio. Entre os gastos havia a proposta de realizar oficinas de capacitação; custear a comissão de avaliação para lançamento de edital de prêmios de incentivo e reconhecimento; lançar um edital de interações estéticas; lançar um edital para Pontão; garantir recursos para reuniões do comitê gestor e para reuniões da comissão estadual e garantir recursos para o Fórum Estadual.

A proposta foi alterada ao longo do segundo semestre. A Rede, por fim, manifestou à SEC, que o saldo de rendimento do Convênio nº 470/07, deveria ser usado para

- “1. Um Fórum Estadual de Pontos de Cultura, ainda em 2014, após a aprovação dos grupos/instituições no edital previsto, como etapa oficial de consulta e validação do Plano Estadual de Cultura.
2. Lançamento de edital de interações/intercâmbio entre os Pontos de Cultura.
3. Uma reunião da Comissão Estadual de Pontos de Cultura, com garantia de passagens, hospedagem e traslado, para que se apresentem informações sobre o plano de trabalho para o lançamento dos editais e sobre a constituição da comissão de análise”.

A realização destas atividades, com este recurso, foi impossibilitada pelos pareceres da assessoria jurídica do MinC e pela suspensão do lançamento de editais até a regulamentação da Lei Cultura Viva.

Em 22 de julho de 2014, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.018/2014, instituindo a Política Nacional de Cultura Viva. O Art. 1 da Lei, descreve seu objetivo: “ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais”.

Também em julho, a presidenta Dilma promulgou o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, por meio da Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014; esta Lei será emendada em 14 de dezembro de 2015, por meio da Lei Nº 13.204, a fim de definir melhor as diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil e instituir o termo de colaboração e o termo de fomento para facilitar as relações entre governos e organizações sociais.

2015

Entre os dias 09 e 10 de abril, foi realizado o VI Fórum Mineiro dos Pontos de Cultura, na Associação Querubins, em Belo Horizonte. Este Fórum foi organizado de maneira independente visto que os recursos solicitados anteriormente estavam

bloqueados, pois havia Pontos de Cultura com convênio em execução (impedimento para uso do saldo residual do Convênio 470/07). A programação constou de:

“i) 09/04 com o Encontro dos Pontos de Cultura de Minas Gerais objetivando a construção do Plano de Trabalho dialogando com o debate sobre a Lei Cultura Viva no estado e ii) 10/04 uma agenda envolvendo a Secretaria de Estado de Cultura e MinC/SCDC com objetivo de reiniciarmos as discussões voltadas a Rede de Pontos de Cultura e Lei Cultura Viva no Estado.”⁶⁰

Participaram, a Secretária da Cidadania e Diversidade, Ivana Bentes e o Secretário de Estado Ângelo Oswaldo. Uma das deliberações foi a realização do Fórum Independente em novembro. Após o Fórum, o MinC manifestou o interesse em continuar a discussão sobre um convênio, mas com valor reduzido. Neste Fórum foi eleita a seguinte Comissão Estadual: Ana Paula Rabelo; Damiana Campos; Ellen Parrela; Franklim Drumond; Leri Faria; Nil César e Paulo Morais. Para a Comissão Nacional: Damiana (titular) e Franklim (suplente).

Em 04 de agosto, a SEC enviou e-mail à comissão solicitando a agenda de uma Teia Estadual em novembro, para atender ao pedido da SCDC, enviado pelo Ofício Circular nº 13/GAB/SCDC/MinC, de 27 de julho de 2015, para organização das Teias Estaduais em vista de uma Teia Nacional em 2016. Neste e-mail, a SEC propôs um retorno à distribuição do saldo de rendimento aos Pontos participantes do Edital de 2008 e a realização de um Fórum em novembro.

Em reunião do dia 27 de agosto de 2015 entre a Comissão, a SEC e o MinC; a SEC informou que o TCU questionou a documentação enviada pela SEC ao MinC para prestação de Contas do Convênio nº 470//07, por meio de uma diligência. O TCU exigiu o levantamento de outros comprovantes para novo reenvio. A diligência contribuiu para que o saldo de rendimentos do convênio não pudesse ser usado em 2015; impedindo, mais uma vez, o lançamento de Editais no Estado dirigidos ao Cultura Viva, bem como o apoio financeiro ao Fórum Independente.

Em novembro, a Rede Mineira realizou o Fórum Independente dos Pontos de Cultura. O Fórum foi realizado em Paracatu, entre os dias 6 a 8 de novembro. Este Fórum foi uma das mais ousadas realizações da Rede Mineira, com aporte mínimo do Estado (por meio do Circula Minas), reuniram-se cerca de 30 representantes de Pontos, que garantiram a atividade da Rede e animaram a discussão da Política de Cultura Viva no

⁶⁰ CAMPOS, Damiana Souza. *Agenda no Fórum dos Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 19 mar. 2015.

Estado, incluindo a discussão da autodeclaração, da continuidade do Programa no Estado e do enfrentamento sócio-político de violências.

O Fórum foi organizado por um grupo de trabalho de ponteiros, contou com a parceria da administração municipal de Paracatu e foi articulado principalmente entre agosto e outubro. Alexandre Santini representou o Ministério da Cultura. Entre as deliberações estavam a criação de GT para organizar a Teia 2016, um diagnóstico para saber quais Pontos estão em atividade no Estado, uma pesquisa sobre Acessibilidade nos Pontos de Minas e a participação de algum Ponto do Estado no Congresso Latino Americano de Cultura Viva Comunitária com aporte financeiro da SEC.

Ao participar da reunião do CONSEC, em novembro, Paulo Morais, relatou⁶¹ que foram iniciadas discussões para unificar o sistema de financiamento cultural do Estado, reunindo a renúncia fiscal e o FEC. A discussão ocorreu durante a reunião de 24 e 25 de novembro. Nesta reunião, também se destacou o Fórum de Paracatu, a necessidade de criação de uma Lei Cultura Viva Estadual e a possibilidade de adequar os mecanismos de fomento do FEC, aproximando-os do Termo de Compromisso Cultural, da Lei Cultura Viva Nacional e do MROSC.

2016

Em 17 de fevereiro, por meio da Correspondência Externa 01/2016, a Comissão Estadual manifestou o interesse de estabelecer diálogo com a SEC para pôr em prática as deliberações do Fórum de 2013 sobre o uso do saldo residual do Convênio: realizar o Fórum em Itabirito (deliberação do Fórum Independente de Paracatu) e lançar o edital de intercâmbio. Além disso, procurou estabelecer um debate no Estado para a discussão da Lei Cultura Viva Estadual.

Paulo, no relato sobre a reunião do CONSEC de 10/03/2016, informou que a análise da prestação de contas do Convênio 470/07, iria ser realizada pela Representação Regional, o que poderia acelerar os trâmites para o uso do saldo residual, informou ainda que a SEC deveria incluir na legislação dos mecanismos de financiamento o TCC com base na Lei Nacional Cultura Viva. Com base nestas informações a Rede propôs a realização do Fórum entre os dias 15 e 17 de junho, mas após informação do MinC sobre os trâmites para liberação do uso do saldo, o evento foi adiado sem data prevista para acontecer.

⁶¹ MORAIS, Paulo. *Relato da reunião do Consec*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 25 nov. 2015.

Em 11 de maio foi publicada a Instrução Normativa que, atualmente, regulamenta a Política de Cultura Viva, em nível nacional. O texto é fruto de amplo debate entre Comissão Nacional de Pontos de Cultura, MinC e Ipea. O debate teve início após a publicação da Lei em 2014, seguiu durante todo o ano de 2015, em que foi acompanhado por Damiana Campos representando MG até a publicação.

A SEC lançou o Edital FEC 02/2016 Pontos e Pontões de Cultura, o primeiro edital lançado pelo Governo do Estado dirigido especificamente aos Pontos com recursos do FEC, fruto da articulação da Rede e do CONSEC. Neste edital, define-se Ponto de Cultura como:

“entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e Pontões de Cultura as entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas.”⁶²

Após os trâmites,

“foram aprovados 49 projetos de 16 dos 17 territórios de desenvolvimento do estado, ampliando a rede com a inserção de projetos que não haviam recebido incentivo financeiro como Pontos de Cultura. O edital permitiu um novo horizonte para muitos Pontos de Cultura e respondeu à proposta de fortalecimento e ampliação da Rede em Minas Gerais, em discussão desde 2013.”⁶³

O processo seletivo exigiu o reconhecimento das instituições como Ponto de Cultura, seja por participação em edital anterior, seja por chancela do MinC ou pelo reconhecimento de dois outros Pontos de Cultura.

Após o golpe que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 17 de abril de 2016, o horizonte ficou ainda mais obscuro para a Cultura. O MinC foi temporariamente supresso suscitando manifestações culturais em todo o país e ocupações de espaços culturais. No entanto, o projeto de reforma do Estado posto em andamento por quem planejou o impeachment seguiu sendo realizado e levou ao estágio de estagnação e diminuição da importância das políticas culturais até a transformação do Ministério em Secretaria Especial, em 2019.

⁶² ESTADO DE MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Cultura. *Fundo Estadual de Cultura: Edital FEC 02/2016: Pontos e Pontões de Cultura*. Belo Horizonte: [s.n], 2016.

⁶³ DRUMOND, Franklim. *Sobre os encaminhamentos da Rede Minas e Gerais: panorama da atual situação e nossa Ação*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 17 mai. 2017.

2017

Em 26 de abril de 2017, foi apresentado na Câmara Federal, para inclusão de votação na Ordem do Dia, da PEC 324/2001 (150/2003; 421/2014). Esta Proposta de Emenda à Constituição diz respeito a um valor mínimo de investimento anual em cultura, por parte do Governo Federal.

Em 2001, o deputado federal Inaldo Leitão - PSDB/PB apresentou Proposta de Emenda à Constituição, para inserir o § 3º no art. 215 da Constituição Federal, e aplicar “anualmente, nunca menos que 6% (seis por cento) da receita de impostos em favor da produção, preservação, manutenção e o conhecimento de bens e valores culturais”⁶⁴. Este projeto, recebeu aprovação nas comissões necessárias e seguiu para aprovação, mas foi apensado à PEC 150/2003.

Esta PEC foi apresentada pelo deputado federal Paulo Rocha - PT/PA, e reduziu o valor de 6% para 2% da União, 1,5% dos Estados e 1% pelos municípios. Ela foi apensada à PEC 324/2001, depois de percorrer o longo de caminho de aprovações nas Comissões. Houve onze solicitações para que entrasse na ordem do dia para votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados, entre 15/03/2011 e 24/06/2015; em nenhuma delas o requerimento foi aprovado.

Em julho de 2014, a deputada federal Jandira Feghali - PCdoB/RJ, apresentou a PEC 421/2014, que mantinha os percentuais, mas referidos ao produto da arrecadação do ano anterior, além de fazer um escalonamento do investimento ao longo dos primeiros anos e definir os critérios de aplicação dos recursos, condicionando à participação no Sistema Nacional de Cultura. Em 06 de julho de 2015 esta PEC foi apensada à 150/2003 e, após esta data, foi apresentado requerimento ao Plenário da Câmara dos Deputados apenas em 26/04/2017, novamente sem êxito.

A campanha do 1% para a Cultura foi desenvolvida também pelos Pontos de Cultura, principalmente a partir da III Conferência Nacional da Cultura em 2013 e na Teia da Diversidade em 2014. Acreditava-se que a direção de Marta Suplicy no Ministério da Cultura colaboraria para este êxito, mas forças políticas evitaram a vinculação do recurso no orçamento da união e a discussão perdeu fôlego. Este é um dos motivos para o

⁶⁴ CAMARA. PEC 324/2001. Câmara, 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=26341>> Acesso em 28 abr. 2020.

enfraquecimento do esforço de municipalização dos sistemas de cultura, que esperavam o repasse fundo-a-fundo prescrito pelo SNC, como os que ocorrem no SUS e no SUAS.

Durante o mês de maio a Rede de Pontos discutiu o envio de duas correspondências externas ao Secretário Ângelo Oswaldo, a primeira pedindo informações sobre o repasse do Edital 02/2016 do FEC e a segunda pedindo informações sobre o saldo de rendimentos do Convênio 470/07.

Em 31 de julho de 2017, o governador Fernando Pimentel, assinou a Lei Estadual 22.627, que institui o Plano Estadual de Cultura. A Rede Mineira participou dos debates e discussões desta legislação, desde a primeira minuta, enviada à rede em e-mail do dia 07 de outubro de 2014, por Paulo Moraes.

2018

O Governador Fernando Pimentel assinou a Lei nº 22.944, de 15 de janeiro de 2018, que “Institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva”. O Capítulo IV da Lei institui a “Política Estadual de Cultura Viva”. A Rede, principalmente pela atuação de Paulo Moraes no CONSEC participou do debate que garantiu parte dos recursos de renúncia fiscal para complementar o Fundo Estadual de Cultura.

Em 2018, após longo processo de análises, o Governo Federal solicitou o depósito dos recursos do saldo de rendimento do Convênio 470/07, em conta da União. A partir daí, as articulações sobre convênios com o Governo Federal ficaram completamente paralisadas.

2019

Entre os dias 22 a 24 de fevereiro em Itabirito, foi realizado o VII Fórum Mineiro dos Pontos de Cultura. O Fórum contou com a participação de 80 representantes de Pontos de Cultura, vindos de 26 cidades mineiras. Houve desistências, por parte dos 107 inscritos, por causa dos riscos em decorrência do rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho, além da interdição da BR 356, o que aumentava o percurso até Itabirito.

Este Fórum foi realizado com apoio de recursos do FEC, por meio de projeto aprovado pela associação “O Adolecer para a vida”, gestora do Ponto de Cultura “Adolecer com arte”. A programação contou com apresentações culturais, cortejos pela cidade, visita a pontos históricos, e apresentações sobre o sistema municipal de cultura da

cidade sede. Também foram apresentadas as atividades de alguns pontos, que além de apresentações artísticas partilharam sobre o tema sustentabilidade. O Fórum elegeu a Comissão Estadual de Pontos de Cultura, com a seguinte composição:

1. *Região Centro Oeste*: Maria Isabel de Abreu, Usina de Sonhos, Itaúna;
2. *Região Jequitinhonha/Mucuri*: Felipe Matos de Souza, Ponto do Artesanato e Cultura Digital e Carlos Gionanni Paulino, Ponto de Cultura Cultura Viva, Couto de Magalhães de Minas;
3. *Região Triângulo*: Ricardo Augusto Santos de Oliveira, Ponto de Cultura Trupe de Truões, Uberlândia; Iara Aparecida Ferreira, Ponto de Cultura Estrela Guia;
4. *Zona da Mata Caparaó*: Rosângela Sant'Ana Fialho, Ponto de Cultura Palmeira Pequeninina de Cajuri, Viçosa e Thainã Fernandes Araújo Pais, Ponto de Cultura Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário, Paula Cândido;
5. *Região Sul*: Rita de Cássia Batista Miranda, Ponto de Cultura Arte em Movimento, Extrema e Ronildo Prudente, Ponto de Cultura Museu da Oralidade, Três Corações;
6. *Região Norte*: Daniel de Oliveira Magalhães, Ponto de Cultura Centro de Artesanato de Januária;
7. *Região Noroeste*: José Antônio Vicente de Souza, Ponto de Cultura Memorial Manoelzão, Três Marias e Daiana de Sousa Campos, Ponto de Cultura Espaço Geral de folias, Arte e Vídeo Musical Seu Duchim, Chapada Gaúcha;
8. *Vale do Aço/Rio Doce*: Wenderson godoi dos Santos, Ponto de Cultura Espaço Híbrido e Maria da Glória Fernandes Nascimento, Ponto de Cultura Artesanato Cultura, Governador Valadares;
9. *Região Central*: Aparecido Donizete de Oliveira Chagas, Casa do Beco, Belo Horizonte e Marcos Túlio Damascena, Ponto de Cultura Borrachaloteca, Sabará.

Nesta edição, foi eleito o Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva, como forma de se antecipar à Regulamentação da Política de Cultura Viva e colaborar nesta regulamentação. O comitê foi composto por: Leri Faria Júnior, Paulo de Moraes, Alba Valéria Dutra, Nilton César da Silva, José Antônio Vicente.

Os participantes decidiram pela realização do próximo Fórum em Uberlândia, em 2021, com uma reunião preparatória de avaliação em Itaúna, em 2020.

2020

Em 27 de março de 2021, após convite e articulação de Alba Dutra, foi realizada reunião para instalação de um Grupo de Trabalho pró-regulamentação da Política Estadual de Cultura Viva. Compareceram membros da Comissão Estadual, e colaboradores da Rede como Claudia Houara e Franklim Drumond. Uma das primeiras tarefas do GT era levantar as informações sobre os Pontos de Cultura em atividade no Estado. Este trabalho foi realizado ao longo de todo o ano. O GT de Dados contou com a colaboração de Hécio Queiroz para organizar as planilhas e outros vinte participantes, que fizeram busca ativa, pesquisaram bancos de dados e conseguiram chegar a um número de cerca de 220 Pontos de Cultura em atividade. Os participantes do GT de Dados foram: Hécio Queiroz, André Martins, Alba Dutra, Bel de Abreu, Ronildo Prudente, Ana Luísa Magalhães, Wenderson Godoi, Moema Carneiro, Junia Bessa, Paulo Moraes, Ricardo Oliveira, Rita Miranda, Claudia Houara, Maria da Glória (Glorinha), Rosângela Fialho, Túlio Damascena, José Antônio Vicente, Erculane Garcia, Aline Cântia, Franklim Drumond.

Após o falecimento de Leri Faria, o Comitê Gestor foi integrado por Ricardo Augusto, também foi incluído Franklim Drumond, pela sua colaboração na pesquisa sobre a memória da Rede Mineira, outra tarefa do GT Pró-Regulamentação. O GT teve como foco a discussão da legislação em vigor, a comparação com outras leis e regulamentações em outros municípios e estados.

Com a pandemia da COVID-19, o foco dos membros do GT e da Comissão Estadual voltaram-se para a garantia de condições dignas para sobrevivência de artistas. Deste modo, foi realizado processo intenso de participação na mobilização para aprovação da LEI 14.017/2020, denominada Aldir Blanc. Esta lei, possibilitou o teste para um Sistema Nacional de Cultura, ao determinar o repasse de três bilhões de reais do Fundo Nacional de Cultura para estados e municípios.

A Comissão Mineira acompanhou a planificação em nível estadual e no município de cada representante. Por meio da articulação, os Pontos de Cultura com personalidade jurídica, em Minas Gerais, receberam cento e quarenta mil reais para manutenção durante a pandemia e para descentralização de recursos.

O processo de seleção foi de “credenciamento” e não de concorrência. Deste modo, o Edital foi elaborado para que os Pontos de Cultura reconhecidos pela Plataforma Cultura Viva e declarados em atividade pela Comissão Estadual recebessem o valor, sem

um processo concorrencial. Um passo adiante nas relações poder público – sociedade civil.

O Comitê Gestor e a Comissão permaneceram mobilizados ao longo de todo o ano, conseguindo efetivar credenciamentos até as últimas horas do dia 31 de dezembro. O diálogo com a SECULT foi fortalecido e também a importância estratégica dos Pontos de Cultura. De certo modo, sem recursos, realizou-se a proposição de um Pontão de Cultura para articulação da Rede Mineira.

Ao perceber a necessidade de fortalecer a Rede, os membros do Comitê Gestor decidiram propor a realização de “projetos” para a Rede, patrocinados pelos Pontos de Cultura. Pensou-se em um projeto de levantamento da história institucional da Rede Mineira; levantamento da memória audiovisual da Rede; contratação de consultoria jurídica para acompanhar a execução dos projetos e colaborar com a regulamentação; criação e site com mapa dos Pontos em atividade; realização de processo de formação em políticas culturais e gestão financeira e contábil, além de comunicação; e, por fim, mapeamento e diagnóstico cultural.

Graças ao apoio dos Pontos de Cultura, foi possível encaminhar o site, o mapeamento e diagnóstico cultural e a consultoria jurídico e contábil. Ainda que não se disponha dos recursos previstos, quando esta ideia começou a ser elaborada em 2013, os membros do Comitê e da Comissão têm se empenhado na realização de atividades que comprovam o vigor da Rede, mesmo após tantos anos sem incentivo direto.

Situação atual

Conforme busca ativa realizada pelo GT Dados da Comissão Mineira de Pontos de Cultura, há cerca de 220 em atividade, em Minas Gerais. Estas instituições estão localizadas em 113 municípios. 146 foram credenciadas nos Editais da LAB em Minas Gerais como Ponto de Cultura.

A diferença entre as instituições que são reconhecidas como Ponto e as que acessaram os recursos da LAB não está bem clara, por enquanto. Um dos fatores, segundo contatos com responsáveis é a inexistência de todas as certidões negativas, visto que o longo período sem receber recursos impediu o reto acompanhamento destas situações.

Por outro lado, a participação de vários Pontos autodeclarados na Plataforma Cultura Viva demonstra o vigor desta política e como as instituições permanecem interessadas nas atividades em Rede.

CONCLUSÃO

A Falácia do Nirvana, criada por Harold Demsetz, em 1969, diz-se das comparações entre “de um lado, a descrição dos problemas de uma instituição e, de outro, uma visão idealizada de outra”⁶⁵, infelizmente comum quando se trata da análise de políticas culturais e efetivação dos direitos culturais no Brasil.

A expectativa de funcionamento de órgãos municipais ou estaduais, comparando-os com outros, inclusive de outros países, tira o foco da análise sobre a existência de forças de interesse que coordenam as direções decisórias sobre a efetivação destas políticas.

No caso da “Cultura Viva”, a longa elaboração de legislação – 2004 a 2018 – demonstra que houve transformações nos princípios do Programa que se expandiram, quando de sua instituição em “política de Estado”.

Para afastar a falácia é preciso analisar os aspectos de resultados incluindo os resultados financeiros, mas não focando neles. Os resultados de qualidade de vida e de melhoria de processos democráticos, além do acesso à meios de subsistência, parecem efetivar os princípios positivados na legislação.

A instituição de políticas públicas para a área da cultura, no entendimento de Celso Furtado⁶⁶ (1920-2004), deve ter como objetivo “a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça”⁶⁷, isto significa instrumentalizar a sociedade com recursos para expressar e fruir dos bens e manifestações inerentes à sua identidade artístico-cultural.

Este princípio leva a um conceito amplo de cultura, de caráter antropológico e não estético. O sentido estético de cultura, que predominou por longos séculos e influenciou a intencionalidade de gestores públicos, também no Brasil, restringe o alcance das políticas para a cultura e leva ao que Celso Furtado identificou como resultante do processo de desenvolvimento do país: uma desvalorização do “povo” e do “popular”, e uma valorização de culturas europeias.

⁶⁵ WANG, Daniel Wei Liang. Direitos sociais e a falácia do nirvana. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília v. 21 n. 125, out. 2019/jan. 2020 p. 482-513. p. 495.

⁶⁶ Economista por formação, foi um dos principais intelectuais brasileiros do século XX, escreveu *Formação Econômica do Brasil* (1959), foi membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 11, foi o primeiro Ministro do Planejamento do Brasil entre 1962-1964, durante o Governo João Goulart. Foi o terceiro ministro da cultura, entre 1986 e 1988, no governo José Sarney.

⁶⁷ FURTADO, Celso. Que somos? In: *Arquivos Celso Furtado - Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura - volume 5*. Rosa Freire d’Aguiar Furtado (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 29-41. p. 41.

Institucionalizar o tratamento dos modos de ser e fazer humanos típicos do Brasil, por meio de leis específicas, para a preservação e valorização da identidade é fruto de avanço no próprio reconhecimento. Para Celso Furtado, o reconhecimento do valor cultural da identidade brasileira e sua preservação supera o ciclo de um desenvolvimento guiado pelo interesse puramente econômico e colabora na compreensão do Brasil.

A superação das tradições de ausência, autoritarismo e instabilidade quanto às políticas públicas de cultura parece estar distante. Atualmente, vê-se uma ausência e, de certo modo, um ataque sistemático a estas políticas, que estão diretamente ligadas ao direito de liberdade.

A articulação de políticas culturais, para além de preservar e valorizar a identidade brasileira, permite a discussão de temas transversais e a superação de preconceitos, desigualdades e dependências. Embora o Plano Nacional de Cultura tenha chegado ao fim de seu prazo sem alguma discussão para os próximos dez anos, a movimentação em torno da Lei Aldir Blanc criou um clima de Conferência, com o repasse dos recursos fundo-a-fundo e amplo debate público nas três esferas. Esta onda que movimentou diversos setores culturais parece demonstrar que a instituição do Sistema Nacional de Cultura é possível operacionalmente, que há demanda e que há um grande número de articulistas na maior parte dos municípios brasileiros.

Ultrapassar o fazer e alcançar esta etapa reflexiva sobre a cultura, incluindo o estudo e proposição de legislações, permite aos fazedores de cultura maior autonomia e participação na gestão de recursos. Neste sentido, as políticas instituídas na década de 2000, pelos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, são exitosas.

O arcabouço jurídico alcançado, junto de um modelo ativo de gestão da política cultural deu oportunidade a cidadãos de todo o país de participarem da administração desta política. Susanne Langer considera a imaginação “o poder humano primitivo que engendra as artes e é, por sua vez, diretamente afetada por seus produtos”⁶⁸. É o estímulo a este poder que torna possível a criação de redes e de reconhecimento, levando à convivência com o diferente e diverso, sempre mais estimulante à criação do que o igual.

A história das políticas culturais no Brasil, atualmente, experimenta esta encruzilhada: é necessário dialogar, criar espaços para permitir que o fluxo de ideias e expressões particulares tomem forma em ações e políticas públicas. O caminho já foi aberto, a tarefa solicita mais agentes.

⁶⁸ LANGER, Susanne K. The cultural importance of the arts. *The Journal of Aesthetics Education* 1, Illinois, n. 1, p. 5-12, Abril 1966. Tradução de Clovis Salgado Gontijo. No prelo.

A Rede Mineira de Pontos de Cultura, atravessou a última década e meia como uma protagonista de reflexões e atividades que realizam os princípios de uma cultura viva por um país que se vê na pluralidade.

Ainda, como realizadora da corrente filosófica proposta por Ariano Suassuna, por meio de seu personagem Clemente, no Folheto *XXX d'A Pedra do Reino*.

Este método de pensar - *A Filosofia do Penetral* - segundo Clemente, representa uma continuidade ao pensamento mítico negro-tapuia presente no Brasil, uma filosofia “profundamente revolucionária do ponto de vista social pois incluía a abolição da propriedade privada”⁶⁹, já que conserva o caráter de pertencente à realidade do pensamento negro e índio, pois o *penetral* só pode ser compreendido com o uso da “gavionice negro-tapuia”⁷⁰, isto é, com um olhar vasto sobre o mundo circundante que não se considera sujeito *conhecete* em oposição aos objetos do mundo, mas que é capaz de saber-se parte do mundo, em relação com ele, enfim, “é a união do faraute <ser humano/intérprete> com o insólito regalo <o mundo vivido>”⁷¹.

É uma filosofia vivencial, enquanto pensamento mítico envolve todo o sentido da vida e enquanto pensamento poético é agradável e facilmente transmissível. Um pensamento que levará ao estabelecimento de comunidades mais solidárias.

Na prática desta filosofia percebe-se que o brasileiro carrega “a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista”⁷², herança que pode gerar uma indignação que “nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária”⁷³; a vitalidade da Rede Mineira de Pontos de Cultura demonstra que este “amanhã” já começou.

⁶⁹ SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. p. 142.

⁷⁰ *Idem*, p. 145.

⁷¹ *Ibidem*, p. 143.

⁷² RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 120.

⁷³ *Ibidem*.

AGRADECIMENTO

Esta pesquisa contou como apoio da Rede Mineira de Pontos de Cultura, especialmente os membros do Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva: Alba Dutra, José Antônio Vicente, Nil Cesar, Paulo Morais, Ricardo Augusto Oliveira. Com apoio da VOKUIM, instituição do município de Rubim, certificada como Ponto de Cultura desde 2008.

Contou com o apoio da Comissão Mineira de Pontos de Cultura e a Rede Mineira de Pontos de Cultura, além de informações de Claudia Houara de Castro.

O resultado aqui apresentando concerne a seu contexto; só foi possível pela articulação e perenidade da Rede que, desde os primeiros estímulos, mantêm-se viva. Agradeço à Sammy Siman e Edilson Bento e aos membros e diretores da Arte Vida Associação, de Açucena, por terem me oportunizado conviver e colaborar com esta rede de política pública. Viva a Cultura Viva!

REFERÊNCIAS

ALMG. Notícia disponível em:

<https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=585&dia=18&mes=06&ano=2010&hr=14:00&tpCom=2&aba=js_tabResultado>

Acesso em 19 abr. 2020.

BARBOSA, Frederico. O Ministério da Cultura do Governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço. In: BRASIL, Ministério da Cultura. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura*. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BARBOSA, Frederico. *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. Brasília: [s. n.], 2012. Apresentação de slides. Disponível em: <https://docs.google.com/presentation/d/1qKPUVOsKYy4vqHgF0VrOm4MN_VH0GJ-o4eyZb0V75H0/edit#slide=id.p17> Acesso em 8 abr. 2020.

BRAGA, Felipe Gontijo. *Documento final Teia Minas 2013*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 07 out. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 20 out. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 6.226*, de 04 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6226.htm#art5> Acesso em 21 abr. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 10.087*, de 05 de novembro de 2019. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D10087.htm#art1> acesso em 21 abr. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm> acesso em 29 mar. 2021.

BRASIL, FUNARTE. Funarte MG sedia a Teia 2011. Funarte, 2011. Disponível em: <<https://www.funarte.gov.br/artes-integradas/funarte-mg-sedia-a-teia-2011/>> Acesso em 08 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Cultura. *Portaria nº 156*, de 06 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.feambra.org/feambra_sys/conteudo/legislacao/portaria-156-de-2004.pdf> Acesso em 08 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Cultura. *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania Cultura Viva: Autonomia, Protagonismo e Fortalecimento Sócio-cultural para o Brasil*. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br:8080/bitstream/20.500.11997/6815/1/448.%20Programa_Nacional_Cultura_Educacao_Cidadania_2010.pdf> Acesso em 09 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Cultura. *Documento Base do Programa Cultura Viva*. Disponível em: <https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/MINC-Documento_Base-Programa_Cultura_Viva-2013.pdf> Acesso em 8 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Cultura. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura*. Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. p. 85. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/6684/1/159%201a%20Confer%C3%Aancia%20Nacional%20de%20Cultura%202005_2006_%20estado%20e%20sociedade%20construindo%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20de%20cultura_.pdf> Acesso em 09 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. *As Metas do Plano Nacional de Cultura*. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

BRASIL, Ministério da Cultura. Notícia disponível em: <<http://cultura.gov.br/xvi-conferencia-ibero-americana-de-ministros-da-cultura/>> Acesso em 8 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Cultura. Notícia disponível em: <<http://cultura.gov.br/esquentando-os-tambores-da-teia-brasil-2010/>> Acesso em 09 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. *Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008: ano base 2007*. Volume I, Tomo II. Brasília: MP, 2008.

CAMARA. PEC 324/2001. Câmara, 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=26341>> acesso em 28 abr. 2020.

CAMPOS, Damiana Souza. *Relatoria da audiência _Comissão da Rede de Pontos de Cultura e SEC_Dez 2012*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 22 de dez. 2012.

CAMPOS, Damiana Souza. *Ofício da SEC/Indicação*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 07 ago. 2013.

CAMPOS, Damiana. Informação: *Rendimento dos Recursos SEC/ Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 02 abr. 2013.

CAMPOS, Damiana Souza. *Agenda no Fórum dos Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 19 mar. 2015.

CARDOSO, Andréa. *Informativo Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 19 jun. 2010.

CASTRO, Cláudia Houara de. *A Estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais: um estudo de caso*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014. Monografia. p. 25. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17488/1/C1%C3%A1udia%20Houara%20de%20Castro.pdf>> acesso em 27 abr. 2020.

CASTRO, Claudia Houara. *O programa cultura viva em Minas Gerais*. Relatório. [s. d.]. No prelo.

CASTRO, Danilo. *Programa Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 08 jun. 2010.

CESAR, Nilton. *Comunicado Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 18 jun. 2010.

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA. *II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura: Relatório, Documentos e Resoluções*. Brasília: [s. n.], 2008. Disponível em: <http://rubi.casaruiarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7292/1/485.%20Teia_Brasilia_2Forum_%20Nacional_Cultura_2008.pdf> Acesso em 8 abr. 2020.

COSTA, Nina Suc Hangai. *Nota Jurídica AJU/Nº 2145/2013 de 11 de junho de 2013*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 07 out. 2013.

DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://iberkulturaviva.org/wp-content/uploads/2019/12/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-SP-ES.pdf>> Acesso em 08 abr. 2020.

DRUMOND, Franklim. *Sobre os encaminhamentos da Rede Minas e Gerais: panorama da atual situação e nossa Ação*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 17 mai. 2017.

ESTADO DE MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Cultura. *Fundo Estadual de Cultura: Edital FEC 02/2016: Pontos e Pontões de Cultura*. Belo Horizonte: [s.n], 2016. Disponível em < <http://www.cultura.mg.gov.br/images/documentos/Fundo%20Estadual%20de%20Cultura%20-%20Edital%2002%202016%20-%20Pontos%20e%20Pont%C3%B5es%20de%20Cultura.pdf>> acesso em 20 abr. 2020.

FARIA, Leri. *Regimento Interno do Comitê de Acompanhamento e Gestão do programa Mais Cultura em Minas Gerais*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 14 dez. 2010.

FÓRUM MINEIRO DE PONTOS DE CULTURA. *Proposta da Rede de Pontos de Cultura para a continuidade do Programa Cultura Viva em Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s.n.], 24 de setembro de 2013.

FURTADO, Celso. Que somos? In: *Arquivos Celso Furtado - Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura - volume 5*. Rosa Freire d'Aguiar Furtado (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 29-41. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2110422/mod_resource/content/1/Celso%20Furtado.pdf> Acesso em 16 out. 2020.

GIL, Gilberto. Que acontece quando se liberta um pássaro? In: BRASIL, Ministério da Cultura. *Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária*. 3ª ed. Brasília: MinC, 2005. Disponível em <<http://hdl.handle.net/20.500.11997/7363>> Acesso em 15 out. 2020.

GOLDBARD, Arlene; MATARASSO, François. *Cadernos Arte e Comunidade: Caderno n.01 Ética e arte participativa*. Trad. Madalena Caramona. Lisboa: Programa Gulbenkian Desenvolvimento Sustentável, 2021.

GIL, Gilberto; MAUTNER, Jorge. Um caráter para Macunaíma: texto-manifesto do Movimento Figa Brasil. Disponível em <<http://www.panfletosdanovaera.com.br/detalhe/3940>> Acesso em 8 abr. 2020.

LACERDA, Alice Pires; MARQUES, Carolina de Carvalho e ALVIM, Sophia Cardoso Rocha. *Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura*. Políticas culturais no governo Lula. Antonio Albino Canelas Rubim (Org.). Salvador: Edufba, 2010. p. 111-132.

LANGER, Susanne K. The cultural importance of the arts. *The Journal of Aesthetics Education* 1, Illinois, n. 1, p. 5-12, Abril 1966. Trad. Clovis Salgado Gontijo. No prelo.

MACHADO, Manuella Abdanur de Paula. *Correspondência externa:001/2013 da Rede de Pontos de Cultura de Minas Gerais*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 29 jan. 2013.

MACHADO, Manuella Abdanur de Paula. *Registro de reunião: renovação convênio do Estado e novo edital pontos de cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 13 de fev. de 2014.

MORAIS, Paulo. *Comunicado Pontos de Cultura*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 18 jun. 2010.

MORAIS, Paulo. *Relato da reunião do Consec*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 25 nov. 2015.

OLIVEIRA, Ricardo Augusto Santos. *Relato reunião pontos com minc e sec - 27 de setembro*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 29 set. 2012.

OLIVEIRA, Ricardo. *Acuso de recebimento da carta dos Pontos de Cultura de Minas*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 11 mar 2013.

PARREIRAS, Eliane. *Ofício OF/SEC/GAB/Nº 0110/2013*. Belo Horizonte, 18 fev. 2013.

PENA, Cristiano. *Encaminhamentos da reunião 07/06*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 07 jun. 2010.

PENA, Cristiano. *Reunião Minc e SEC - resposta até o dia 10/05*. Mensagem recebida por <artevidaassociacao@yahoo.com.br> em 29 abr. 2013.

REDE LIVRE. Pontos de Cultura de MG realizam encontros regionais. Pontos de Cultura Brasil, 2011. Disponível em: <<http://pontosdeculturabrasil.redelivre.org.br/2011/09/27/pontos-de-cultura-de-mg-se-preparam-para-encontros-regionais/>> Acesso em 8 abr. de 2020.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 01, p. 199-224, jan./abr. 2014.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; LABREA, Valéria Viana. *As múltiplas redes do programa cultura viva*. Texto para Discussão 2273. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7441/1/td_2273.PDF> Acesso em 8 abr. 2020.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; LABREA, Valéria Viana (orgs.). *Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2014.

SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2.ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VERMELHO. *5º Encontro Nacional dos Pontos de Cultura começa nesta semana*. Vermelho, 2014. Disponível em: < <https://vermelho.org.br/2014/05/16/5-encontro-nacional-dos-pontos-de-cultura-comeca-nesta-semana/>> Acesso em 08 abr. 2020.

WANG, Daniel Wei Liang. Direitos sociais e a falácia do nirvana. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília v. 21 n. 125, out. 2019/jan. 2020 p. 482-513. p. 495.